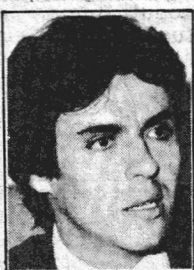


# Os problemas *Economia* *Brasil* que o próximo governo *Brasil* terá de enfrentar

9 NOV 1984

A economia continuará crescendo em 1985, mas a inflação ainda permanecerá elevada. Os primeiros problemas que o próximo governo terá de atacar são a renegociação da dívida externa, o aumento da produção agrícola e a reforma monetária. Estes problemas foram debatidos ontem em São Paulo durante o II Encontro Anual de Executivos Financeiros.



O economista Roberto Fendt Jr. (foto), superintendente da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior, chamou a atenção para a gravidade da questão agrícola. Apesar de considerada prioritária no início do governo Figueiredo — “Plante que o João Garante” —, a produção de grãos permaneceu estagnada nos últimos anos.

— Desde 1977 — ironizou Fendt — a “supersafra” de grãos praticamente estagnou entre 40 e 50 milhões de toneladas e, neste ínterim, cresceu tanto a população como a renda.

A Funcex está concluindo um estudo sobre a matéria, realizado sob a coordenação do economista Paulo Rabelo de Castro, editor da revista Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas, do Rio. “A não-reversão da tendência de estagnação — continuou Fendt — poderá gerar problemas bastante sérios”. Se nada for feito, o País terá “uma segunda conta-petróleo”, daqui a dez anos, pois as importações de trigo custarão de US\$ 7 a 9 bilhões por ano.

Os estudos já realizados mostram “que é bastante factível gerar um programa de custos relativamente modestos diante dos resultados que poderá apresentar.

O objetivo é incorporar novas áreas à produção agrícola, através da irrigação e uso de corretivos do solo, de tal maneira que, por volta de 1995, possamos dobrar a produção brasileira de grãos”. (para 100 milhões de toneladas anuais).

O programa custaria cerca de US\$ 1,2 bilhão por ano, durante dez anos. No final, seria possível exportar US\$ 4 bilhões.

## Críticas ao FMI

Durante sua exposição, o deputado Herbet Levy (PDS-SP) já se referiu a Tancredo Neves como futuro presidente da República, salientando que “é clara e nítida a ampla vantagem” do candidato da Aliança Democrática no Colégio Eleitoral.

Ele criticou a submissão do governo Figueiredo ao Fundo Monetário Internacional, assegurando que isto vai mudar: “Não acho que devamos romper com o Fundo. Apenas acho que devemos seguir nossa própria política, de acordo com os interesses nacionais, que são prioritários”.

— Não corresponde à realidade brasileira — acentuou Herbet Levy — adotar passivamente uma política de combate à inflação como a sugerida pelo FMI. Esta política

tem representado um alto preço social, em termos de desemprego e empobrecimento do povo. A política de crédito, com a elevação dos juros, levou alguns setores à desgraça; a renda per capita caiu 11% entre 1980 e 1983.

Segundo o deputado, o FMI “é como um médico que, ao cuidar de um paciente com sinais de anemia, em vez de dar fortificantes, dá remédios que levam o paciente à sepultura”.

— E quem sai ganhando com isso? Os credores? Não acredito; nem o nosso povo que está pagando um preço insuportável por uma política errada que pretende combater a inflação pressionando o consumo, criando crise, ao invés de estimular e aumentar a produção.

Ele lembrou que existem “terras abundantes e disponíveis” e centenas de milhares de famílias “que não têm terra e querem tê-la”. Por isso, prognosticou a criação de um plano de emergência, com a finalidade de criar um plano de colonização, no estilo de uma “marcha para o Oeste”, como nos Estados Unidos. A venda de tratores, caminhões, material de construção, em apoio a esta marcha, ativaria a produção industrial e poderia viabilizar exportações de soja, por exemplo, da ordem de US\$ 12 bilhões, dentro de dez anos.

## Reforma monetária

O professor Adroaldo Moura da Silva, da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da USP), ressaltou que a questão da desindexação persiste e cedo ou tarde acabará vindo à tona. Mas Adroaldo reconhece que o atual momento sucessório não é favorável “para se levantar o problema”. Para ele, isso terá de vir “no bojo de uma reforma monetária, a qual só terá sentido no contexto de reorganização da estrutura financeira do setor público, em particular da sua dívida bancária”.

Frisou que isso não é tarefa para um ano, “mas para um governo inteiro”, e, para evitar o pânico que a simples menção da palavra acarreta, o termo “desindexação” poderia ser substituído pela expressão “reforma monetária, a exemplo do que vêm fazendo hoje o Lauro Resende e o Simonsen”.

## Inflação

Para o professor de Economia da USP, Celso Martone, assim como para todos os participantes do II Encontro Anual dos Executivos Financeiros, há muito otimismo e certeza de que o crescimento da economia seguirá em 1985 e durante os próximos anos. Mas Martone não acredita numa reversão do processo inflacionário que, para ele, deverá ficar num patamar de 265%, no próximo ano.

Da mesma maneira, Celso Martone acha que a dívida externa será renegociada para valer. Ele acha que será difícil combater a inflação no próximo ano, “já que teremos de dar prioridade para a recuperação da economia, ainda que isso signifique inflação mais alta”.

A partir de 1986, sim — afirmou Martone — acredito que a prioridade de se inverte para a inflação.